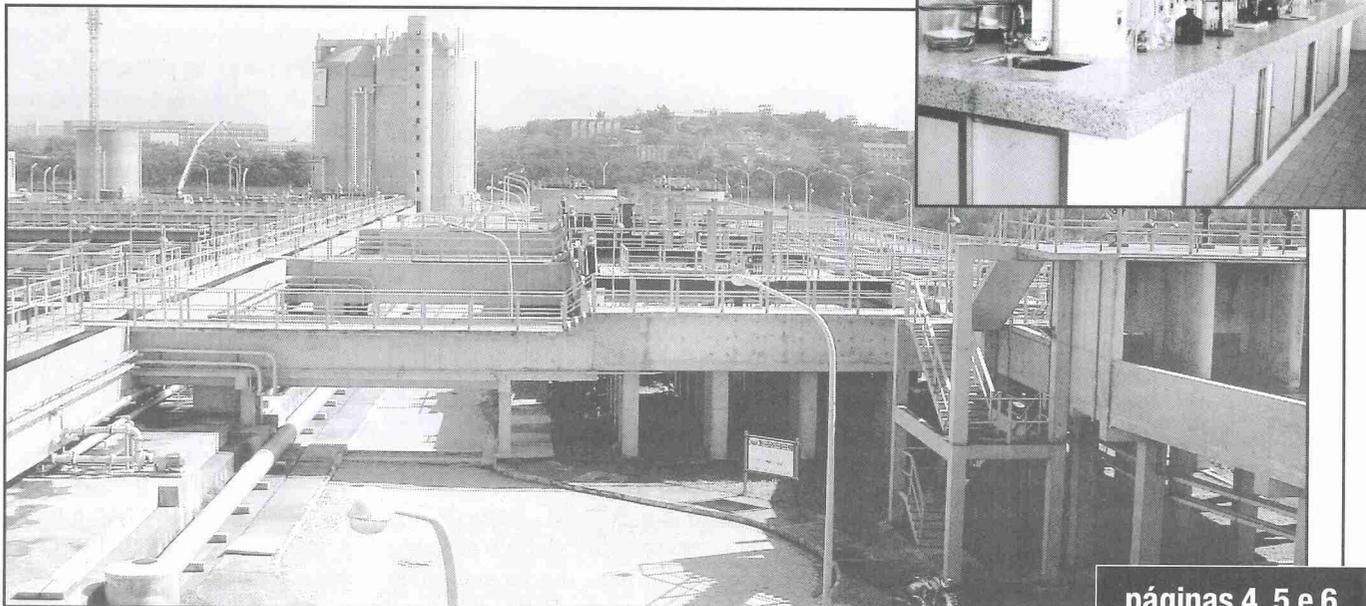


Fotos: Divulgação

# Exportando qualidade

## CEDAE se adapta às exigências da nova Lei de Recursos Hídricos

Um programa destinado a dotar de máxima qualidade o desempenho dos laboratórios, na área de água e de esgotos, começou a ser desenvolvido pela CEDAE. O Projeto resgata a posição de vanguarda nacional da companhia no setor de Saneamento Básico



páginas 4, 5 e 6

# Violência na Baixada

## Prefeitura de Belford Roxo invade a CEDAE e é expulsa pelos empregados

A ASEAC ingressou com um Mandado de Segurança com pedido de liminar junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) contra o decreto do prefeito de Belford Roxo, Waldir Zito, que marcou para o último dia 04/12 o término, unilateralmente, do convênio mantido com a CEDAE para operar os serviços de Saneamento.

Segundo a direção da ASEAC, a ação, que deveria ter sido impetrada por iniciativa da própria companhia, teve duas finalidades: “defender o patrimônio da CEDAE contra a atitude transloucada do prefeito, que representa apenas a ponta de lança de outras ações

semelhantes de outros prefeitos também interessados em terminar unilateralmente o convênio com a CEDAE”; e prevenir a ação violenta que o decreto anunciava e que acabou ocorrendo na madrugada do dia 04/12, quando trabalhadores da CEDAE e representantes da guarda municipal de Belford Roxo entraram em confronto, depois que as dependências da CEDAE no município foram invadidas.

No entender da direção da ASEAC, os fatos demonstram que a atitude preventiva da entidade era perfeitamente justificada e fica mais eloqüente, assim, a omissão de área jurídica da CEDAE

para a defesa dos interesses da companhia. “Diante dos fatos, a CEDAE deve explicações a seus empregados e usuários sobre essa omissão e a falta de descortino para ver que essa ação do prefeito dá início a um conjunto de procedimentos que, se tiverem êxito, marcará o início do fim da CEDAE”.

No fechamento desta edição, as informações disponíveis davam conta de que o próprio prefeito Waldir Zito quebrou pessoalmente o cadeado do portão principal de entrada (madrugada de 04/12) e comandou a ocupação, para dar posse à empresa privada recém-criada para esse fim - a Águas de Belford

Roxo, subsidiária da Águas do Brasil. Por ordem do prefeito, soldados da guarda municipal, fugindo às suas atribuições regimentais, invadiram a empresa para tomar ilegalmente os serviços. O fato não se consumou por causa da reação dos empregados da CEDAE, que, liderados pelos dirigentes do SINTSAMA Chiquinho e Jacozinho, partiram para o confronto, munidos de ferramentas e expulsaram os invasores: prefeito, guarda municipal e, lamentavelmente, o engenheiro Otávio Dias Moreira – o Otavão – ex-presidente e ex-diretor da CEDAE, que por essa atitude certamente se enquadram em uma ação criminal.

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**Diretor Presidente**  
Paulino Cabral da Silva

**Diretor Vice-Presidente**  
Dario Mondego

**Diretor Administrativo**  
Flávio de Carvalho Filho

**Diretor Financeiro**  
Edson Reis da Silva

**Diretor de Comunicação**  
Claudino Victor R. E. Santo

**Diretor Técnico**  
Jorge Luiz Ferreira Briard

**Diretor Social**  
Antônio Bastos de Oliveira

**Diretor Jurídico**  
Aloysio Gomes Feital Filho

**Diretor Adjunto**  
Aloysio Ribeiro Filho

**Conselho Diretor - 2002/2004**

**Representante dos Administradores**

Pedro Paulo de Freitas

**Representante dos Advogados**

Sueli Kölling Turano

**Representante dos Analistas**

César Lima da Graça

**Representantes dos Aposentados**

Nelson Martins Portugal

Honório Gil Rego

Ivan Rocha Vieira

Antônio Nazareno Soares

Manssur Assafim

Maria Christina Piragibe

**Representante dos Arquitetos**

Júlio Celso Bragança Gil

**Representante dos Assistentes Sociais**

Zélia Maria Monteiro Borba

**Representante dos Biólogos**

Evandro Rodrigues de Brito

**Representante dos Contadores**

Sérgio Pereira

**Representante dos Economistas**

Firmino Gustavo Gameleira

**Representantes dos Engenheiros**

Antônio Carlos Álvares Grillo

Flávio José Soares de Moura

Edes Fernandes de Oliveira

Júlio César Oliveira Antunes

Armando Costa V. Junior

Altamir Pereira Nunes

**Representante dos Farmacêuticos**

Armando Costa Vieira

**Representante dos Geólogos**

Egmont Bastos Capucci

**Representante dos Químicos**

Paulo Roberto Correa

**Conselheiros Natos**

Antônio Inácio da Silveira

Walnyr Bitencourt de Oliveira

Emy Guimarães de Lemos

João Carlos do Rego Pinto

Renato Lima do Espírito Santo

Carlos Henrique Soares de Menezes

Jaime Dutra Noronha

Dario Mondego

**Conselho Fiscal - 2001/2003**

César Eduardo Scherer (Efetivo)

Márcio de Melo Rocha (Efetivo)

Paulo César Quintanilha (Efetivo)

Jorge Rodrigues Leitão (Suplente)

Gérson Pereira Nascimento (Suplente)

Cândido Francisco S. Silva (Suplente)

**Produção e Edição:**

Planin Serviços Editoriais

**Jornalista Responsável**

Carlos Emilliano Eleutério

MTB: 12.524-RJ

Novembro/dezembro de 2002

# Um sinal de esperança

O governo FHC representou para o setor de Saneamento o mesmo que uma tempestade representa para um navio sem bússula, navegando em mar revolto e coberto de nevoeiro. Pressionou, ameaçou, entregou...

Mas como diz o ditado popular, depois da tempestade vem sempre a bonança. A vitória de Luís Inácio Lula da Silva nas últimas eleições soou assim, como um remanso depois das corredeiras. Enfim, a escolha de Lula trouxe uma nova esperança para o setor de Saneamento Básico, transformado, nos últimos oito anos pelo governo FHC, em moeda de troca com o capital internacional e de barganha política no Congresso.

Para completar esses novos tempos mais otimistas, o Estado do Rio elegeu governadora Rosinha Matheus, esposa do ex-governador Anthony Garotinho, com promessas afinadas com os interesses da sociedade fluminense. Ex-secretária de Desenvolvimento Social e Cidadania, a nova governadora prometeu, ainda candidata, em sua plataforma de campanha, olhar pelos interesses do povo fluminense, donde, logicamente, se enquadra a universalização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Enfim, é tudo que os técnicos sanitários querem e a ASEAC vem defendendo há tempos: prioridade e responsabilidade social, para mudar o quadro desenhado pelo governo FHC, que, com seu modelo privatista, expôs ao risco de doenças de veiculação hídrica todas as camadas da sociedade, em especial a

menos favorecida. O que é pior, tudo em benefício de quem pode pagar e do lucro incalculável do capital privado, cada vez mais ávido de controlar esse novo e potencial negócio identificado pelo neoliberalismo chamado "água".

Lula acena com novos recursos para o setor, que FHC deixou à mingua, a não ser para aqueles governantes interessados em ingressar na nova onda liberal e privatizar seus serviços de Saneamento ou companhias estaduais. Afinada com a visão social, Rosinha Matheus também foi categórica ao tratar o setor em entrevista a este jornal, ainda candidata: "Nosso compromisso é manter a CEDAE sob controle público. A CEDAE atuará em obediência às prioridades definidas pela população, por intermédio do Plano de Governo, das emendas parlamentares e das reivindicações das comunidades".

Temos, portanto, uma perspectiva de entrosamento perfeita para buscar uma transformação no setor no Estado do Rio de Janeiro: de Brasília, os recursos necessários; do Palácio Guanabara, um compromisso com a sociedade, uma decisão política expressa com todas as letras.

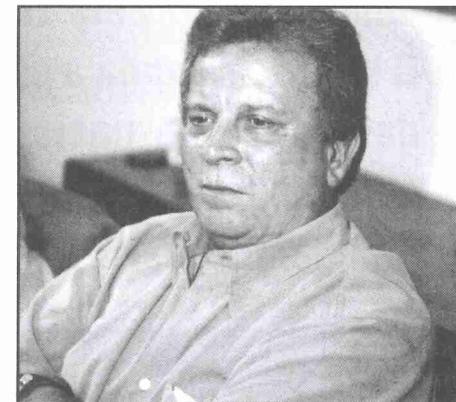
Resta, portanto, à direção da empresa e aos técnicos da companhia buscar a reestruturação da CEDAE, um novo modelo de gestão que a torne moderna e ágil, capaz de responder à altura a esse desafio.

Está na hora de assumirmos com seriedade a história de vanguarda e compromisso da companhia e de seu corpo técnico. Precisamos atender aos anseios

dos municípios, buscar um modelo que preserve as fontes de abastecimento, através da potencialização dos serviços de esgotamento sanitário, e que garanta a universalização dos serviços de Saneamento. Está na hora de a CEDAE assumir o seu papel de empresa ambiental, atuante e respeitada, como sempre foi no passado.

Sabemos que a responsabilidade é grande: por parte do governo do Estado, livrando a companhia das amarras políticas - que a impedem de cumprir seu papel com eficiência e compromisso - e nomeando, na qualidade de acionista majoritário, um dirigente tecnicamente capaz e socialmente comprometido para conduzi-la; do lado do governo federal, é preciso assegurar os recursos necessários. Quanto aos técnicos da CEDAE, temos certeza de que saberão aceitar e vencer mais esse desafio, com atitude e a determinação que sempre tiveram.

Paulino Cabral da Silva  
Presidente



## Redutor de salários é ilegal

### ASEAC defende suspensão do teto salarial na CEDAE

A direção da ASEAC encaminhou o pedido à governadora do Estado do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, reiterando o pedido de suspensão imediata da aplicação do Teto Salarial na Cedae. A entidade argumenta que a cobrança do Redutor Salarial vem sendo aplicado à Companhia, desde 1992, ferindo a Legislação Vigente. No documento, a ASEAC também solicitou audiência com a chefe do Executivo, para apresentar pessoalmente a reivindicação dos técnicos da CEDAE.

Segundo alguns juristas consultados, o Rio de Janeiro seria o único Estado do país a aplicar esse mecanismo. Mas de acordo com a Emenda Constitucional nº

19, que entrou em vigor em 1998, o Teto Salarial deve ser aplicado apenas às empresas públicas que recebem recursos do Tesouro da União, dos Estados, do Distrito Federal ou do Município. Segundo a ASEAC, a cobrança não poderia ser aplicada à Cedae, por se tratar de uma Sociedade de Economia Mista, cujo pagamento das despesas em geral vem de arrecadação própria.

Além disso, a ASEAC citou o artigo 173 da Constituição Federal e as normas da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que estabelecem que os trabalhadores das Sociedades de Economia Mista não se enquadram como servidores públi-

cos e nem pertencem à administração indireta, já que só as autarquias se enquadrariam nesse tipo de administração.

Várias empresas já foram excluídas do Teto Salarial em decorrência dos novos preceitos constitucionais, como a Petrobrás, Furnas e Banco do Brasil, enquanto a Cedae continua submetida à cobrança. A ASEAC, juntamente com o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (SENGE) e o Sindicato dos Administradores do Estado do Rio de Janeiro (SINTAERJ), que também subscreveram o documento à governadora do Estado, vai continuar nessa luta para a retirada imediata do Teto Salarial.

# ASEAC faz balanço da atuação

## Fim do teto salarial vai ser proposto como alternativa para reduzir passivo

O Conselho de Administração da CEDAE vai encaminhar à governadora eleita, Rosinha Mathews, e à comissão de transição do governo, uma proposta para solucionar o impasse que a aplicação do teto salarial nos vencimentos dos empregados vem criando para a companhia, levando a cifras absurdas o passivo da empresa.

A sugestão, já aceita pelo presidente do Conselho de Administração, Agostinho Guerreiro, e aprovada pelo colegiado, foi apresentada pelo representante dos acionistas minoritários e vice-presidente da ASEAC, Dario Mondego, na penúltima reunião do ano do Conselho de Administração da CEDAE, realizada no dia 28 de novembro. A idéia é levar ao governo do Estado um estudo matemático do impacto que o mecanismo do teto salarial exerce sobre a folha de pagamentos. Segundo o conselheiro, é mais oneroso para a CEDAE manter a aplicação do teto, tendo em vista o elevado número de ações na justiça, que vem concorrendo para engrossar o passivo da companhia.

A questão foi levantada no Conselho de Administração pelo próprio presidente da CEDAE, Celso Leitão, depois de receber uma liminar com ameaça de prisão, e será levada ao novo governo junto com uma alternativa de acordo para pagamento dos atrasados, com objetivo de viabilizar uma solução final para o problema, evitando despesas muito maiores para a CEDAE, no futuro. O assunto já havia sido levantado em reunião anterior (30/10), quando o conselheiro Dario Mondego alertou para os riscos que a companhia teria de enfrentar junto à Justiça, inclusive com a possibilidade de liminares, “uma vez que já existe no meio jurídico o consenso nacional de que é ilegal o teto remuneratório para estatais que não dependem de recursos do Tesouro”.

A proposta do vice-Presidente da ASEAC e conselheiro da CEDAE foi apenas uma das iniciativas tomadas, em menos de um ano, em defesa da companhia e dos interesses dos acionistas minoritários, desde sua eleição e posse, no último dia 25 de abril passado. Ao fazer um balanço de sua atuação no Conselho da companhia, Dario Mondego destacou também questões envolvendo a CAC e a PRECE, além de outras medidas aprovadas com influência direta na gestão da empresa.

No caso da CAC, segundo ele, eram necessárias providências urgentes, pois os associados vinham sofrendo com os sistemáticos rompimentos de convênios, substituídos por unidades de administração direta (ver matéria na pág 7). Além



Fotos: Arquivo

### Representante eleito dos acionistas minoritários, Dario Mondego teve atuação firme em defesa dos interesses da CEDAE

disso, explicou, havia o risco de falência do sistema de assistência médica dos empregados da CEDAE. “Minha posição foi clara, em defesa de uma auditoria operacional e contábil na CAC com o objetivo de resguardar os interesses dos trabalhadores e da companhia, e se fundamentou em denúncias que careciam de esclarecimentos. Mesmo porque, os esclarecimentos feitos pela então diretoria da CAC não convenciam”, disse Dario Mondego. Segundo ele, independente da insatisfação dos empregados da companhia com relação à qualidade dos serviços prestados pelo plano de saúde, a CEDAE precisava tomar uma atitude, já que é a principal mantenedora da instituição, com recursos dos acionistas. “Felizmente o Conselho de Administração acatou minha posição como conselheiro e tomou as medidas necessárias”, acrescentou.

Outro ponto polêmico de sua atuação junto ao Conselho da CEDAE envolveu uma proposta do representante do governo no sentido de que a PRECE adquirisse ações da companhia como forma de viabilizar recursos para a empresa. Segundo ele, o problema não se resumia apenas a ser contra um “empréstimo” da PRECE à CEDAE, “mas sim de preservar a instituição. Afinal, a PRECE, que assiste ao trabalhador da CEDAE em seu final de carreira, vinha de uma intervenção federal, da qual consegui-

mos sair com muita dificuldade, inclusive graças a uma ação da CEDAE, na qual a ASEAC entrou como ‘litis-consorte’, ambas movidas pelo jurista Marcelo Cerqueira”, disse o conselheiro.

- Tínhamos, portanto, de ter muita cautela, pois o pano de fundo da intervenção foi o forte controle da mantenedora sobre o fundo de previdência, que ainda não havia sequer recebido os recursos da dívida que a CEDAE tinha com ele e que vinha sendo parcelada - explicou. Além disso, segundo Dario Mondego, os recursos iriam entrar na CEDAE via Tesouro estadual e não diretamente na companhia. “Em outras palavras, não era um bom caminho, pois daria uma idéia de caixa único. E afinal de contas, a CEDAE sabe perfeitamente administrar seu dinheiro”, afirmou. Segundo Dario, o presidente do Conselho entendeu os argumentos e determinou a realização de um estudo mais profundo sobre o assunto, que, até a presente data, não voltou mais à pauta do Conselho.

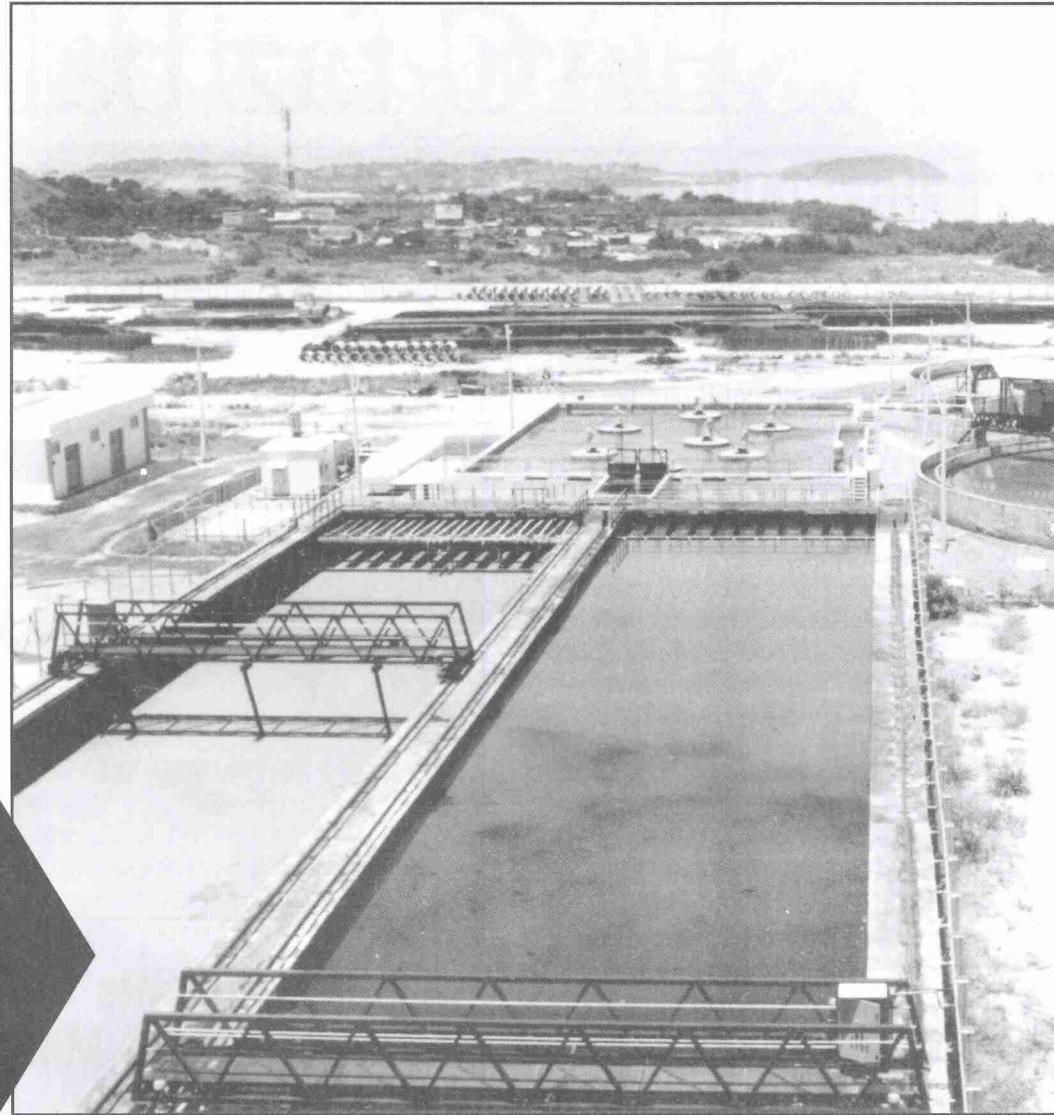
O representante dos acionistas minoritários também atuou em outras questões, a exemplo do projeto apresentado para a área comercial da companhia, que, no seu entender, carece de um tratamento especial para se fortalecer, tendo em vista que se trata da porta de entrada de recursos da empresa - enfim, a arrecadação da empresa. O conselheiro Dario Mondego solicitou a elabora-

ção de um estudo mais profundo sobre a questão, uma vez que havia insatisfação geral quanto à forma como foi proposto e o conteúdo do projeto. Até a presente data, o assunto ainda não havia retornado à pauta do Conselho, “o que lamentamos”.

Em seu balanço, Dario Mondego citou ainda questões importantes para a CEDAE, como o problema da entrega do Saneamento em Niterói à concessionária privada Águas de Niterói, posicionando-se contrário a uma proposta de extinção do impasse ainda existente com a prefeitura daquela cidade, provocado pela forma como os serviços foram privatizados naquela cidade. O conselheiro argumentou que o assunto ainda está em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF), sem julgamento de mérito há oito anos, e que o próprio Congresso, também há oito anos, ainda busca uma solução para o problema. “Diante disso, a CEDAE não pode e nem deve abrir mão de seu patrimônio, até que haja uma solução final na Justiça”, posição esta que foi acatada pelos demais membros do Conselho.

Por fim, Dario Mondego propôs a elaboração de estudos para que a CEDAE assumisse as ETES existentes nos condomínios da Barra da Tijuca, a fim de que, futuramente, o emissário submarino absorva os sistemas, pondo fim às demandas judiciais existentes para não pagamento dos serviços de esgoto, sob o argumento de ausência da CEDAE. Outro ponto que mereceu a atuação do conselheiro foi a proposta levada ao Conselho para implantação de um modelo de planejamento estratégico para a empresa. Juntamente com outras críticas dos conselheiros, Dario Mondego condenou o enfoque meramente econômico do projeto, voltado para competir com a iniciativa privada, quando a empresa, por suas características, deve enfatizar mais os aspectos sociais. Diante das críticas de Mondego, o Conselho deliberou que o projeto fosse reformulado, com a recomendação do conselheiro de que, ao voltar para ser reanalisado, contivesse também uma estimativa de custos ali ausente, como determina a Lei 8.666. O conselheiro também reagiu energicamente à proposta de contratação de um parecer do advogado Siqueira Castro em relação às pressões para privatizar a CEDAE. Lembrou a todos que “esse cidadão é inimigo nº 1 da CEDAE, já que sempre atuou em processos em defesa da concessionária privada Águas do Brasil, defendendo, inclusive, a subsidiária Águas de Niterói”. Ainda assim, foi aprovado com voto contrário do conselheiro Dario, mas na reunião seguinte o próprio Conselho revogou sua deliberação anterior.

**A**s exigências e responsabilidades que a nova Lei de Recursos Hídricos vai impor aos usuários da água, a partir de sua implantação no Estado do Rio de Janeiro, em 2003, já começaram a aguçar a criatividade dos técnicos da CEDAE. Um programa destinado a dotar de máxima qualidade o desempenho dos laboratórios, tanto na área de água como na de esgotos, começou a ser desenvolvido pela Superintendência de Esgotos da Companhia, de forma a garantir e otimizar a eficiência das unidades de tratamento da empresa em todo o Estado.



**Projeto resgata posição de vanguarda nacional da CEDAE no setor de Saneamento**

# Tratamento ganha mais qual

Denominado Programa de Ensaios de Proficiência (PEP-CEDAE), o projeto está sendo desenvolvido na Estação de Tratamento de Alegria, sob a coordenação da Divisão de Qualidade da Superintendência de Tratamento e Disposição Final de Esgotos da CEDAE, com a participação de técnicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e diversos laboratórios de todo o país. A estrutura e a organização do provedor e do programa de ensaios seguem as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as exigências da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), responsável pelo credenciamento dos laboratórios de análise na área ambiental.

## OBJETIVOS

Segundo o Superintendente de Esgotos da CEDAE, Carlos Henrique Braz, a maioria das pessoas ainda não se deu conta do grau de responsabilidade que recairá sobre os técnicos que

atuam na área de Recursos Hídricos, e que agora terão de responder pessoalmente por eventuais danos causados ao Meio Ambiente. Daí a importância de se buscar mais capacitação e aprimoramento, principalmente dos profissionais que atuam em empresas como a CEDAE, inserida no contexto da gestão, uso e proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade.

- O projeto de proficiência dos laboratórios tem exatamente esse objetivo: capacitar os laboratórios dos serviços de qualidade (RET 3), para conquistar o credenciamento FEEMA e prepará-los para a implantação de um sistema de garantia da qualidade, visando a dar maior consistência aos resultados analíticos frente aos clientes internos, externos e à opinião pública – explicou Carlos Henrique Braz.

Além disso, para a CEDAE, não controlar a qualidade é muito mais caro, porque compromete a credibilidade da instituição e ainda pode acarretar em pesadas multas, situação esta que tende a piorar com a implantação na nova Lei

de Recursos Hídricos. “O grande exemplo disso foi o episódio da contaminação das águas da ETA do Guandu por algas tóxicas, no final do ano passado”, adiantou o Superintendente. Segundo ele, com este novo projeto, a CEDAE deu um passo à frente em termos de qualidade no processo de tratamento e ainda poderá ensinar a outros laboratórios em todo o país como fazer isso, tornando-se referência em termos de eficiência na análise de água e esgotos.

Aliás, este projeto surgiu exatamente da necessidade de a CEDAE credenciar seus laboratórios junto à FEEMA, pois como tratadora de esgotos precisa dessa certificação no órgão de regulação ambiental. “E como disse antes, a nova Lei de Recursos Hídricos vai imputar mais fiscalização e responsabilidades à CEDAE”, explicou Braz. Animado com as perspectivas que o projeto já criou em termos de imagem e eficiência, o superintendente da área de esgotos adverte para a importância com que as questões ligadas ao uso e à proteção dos recursos hídricos estão sendo colocadas e discu-

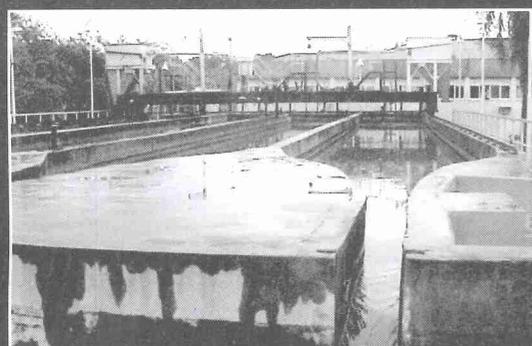
tidas na pauta da segurança nacional de vários países e de entidades globais, como a ONU e a Conferência Rio+10. Acrescentou que a falta de tratamento dos esgotos e um abastecimento público de água precário estão diretamente ligados às doenças e mortes nos países do Terceiro Mundo ou em desenvolvimento. “Além disso, paga-se muito caro por isso com demanda crescente na área de saúde, devido a doenças de veiculação hídrica. Outra previsão alarmante em relação à escassez de água indica que, em 2005, serão dois bilhões de pessoas sem água de boa qualidade no planeta, explica.

“Diante disso, com a crescente degradação dos mananciais de água doce devido ao lançamento de esgotos e resíduos “in natura” e da conseqüente ameaça à qualidade das águas captadas pelas estações de tratamento, cada vez mais comprometidas, se faz necessária a intervenção urgente de todos os seguimentos da sociedade para reverter a situação”, conclui Carlos Henrique Braz.

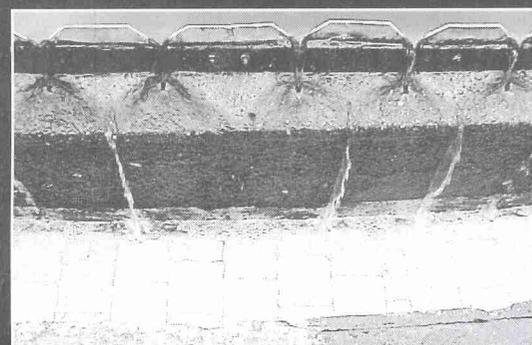
Fotos: Arquivo



Da forma como chega as ETEs, o esgoto sanitário é uma perigosa fonte de doenças ao homem



O processo de tratamento exige o máximo de qualidade para garantir a saúde da população



Na ETE da Penha, por exemplo, a água depois de tratada fica tão limpa que está sendo reutilizada

Da ETE de Alegria, a CEDAE vai exportar qualidade no processo de tratamento de água e esgotos sanitários

dade

# Companhia se adapta às exigências da Lei

## Modelo garante qualidade das decisões gerenciais

“Ensaio de proficiência é o uso de comparações interlaboratoriais para a determinação do desempenho do laboratório para ensaios ou medições. A operação desses programas, no entanto, pode fornecer também informações para outros propósitos e podem ser utilizadas por laboratórios de outras partes”, explica o químico Reginaldo Ramos, especialista em controle de poluição da água no Japão pela JAICA, que divide a coordenação técnica do programa com a bióloga Tereza Cristina Reis da Silva.

Este é o caso do projeto desenvolvido na ETE de Alegria, que reúne atualmente 41 unidades de análise química de todo o país (13 são da CEDAE), entre as quais o Laboratório de Metrologia e Validação de Manguinhos (RJ), a Cesan (ES), Corsan (RS), Siderúrgica de Tubarão (ES), Instituto Ambiental do Paraná (IAP), prefeitura de Macaé (RJ), Mineração Morro Velho (MG), PUC (RS), Sabesp (SP), SENAI, UFRGS, Sanesul (MS) etc.

Segundo o químico Reginaldo Ramos, atualmente o monitoramento dos processos de tratamento de águas e esgotos; o acompanhamento da qualida-

de dos efluentes lançados pelas ETES e ETAS, nos corpos receptores em todo o país; o monitoramento da rede de abastecimento público de águas, banheiros públicos e a fiscalização das características dos efluentes industriais são algumas das atribuições dos diversos laboratórios de análises físico-químicas e microbiológicas da iniciativa pública e privada. Os resultados analíticos são utilizados para vários fins, entre os quais para ações corretivas nos processos de tratamento que podem requerer investimentos consideráveis.

“Diante disso, se faz necessário aumentar, continuamente, o nível de qualidade dos laboratórios. Somente assim”, assegura o especialista, “se poderá garantir que as providências tomadas com base nesses resultados, serão corretas e eficazes”. Segundo Reginaldo, isso é de fundamental importância para se obter maior rendimento nos processos de tratamento e ter certeza de que a rede de abastecimento está bem monitorada, além de melhorar a credibilidade perante os usuários e, em suma, uma utilização equilibrada e ecologicamente correta dos recursos hídricos.

## Fórum vai avaliar resultados do Programa de Ensaios de Proficiência

O Programa de proficiência é uma ferramenta mundialmente utilizada como meio de melhorar, monitorar e manter o nível de excelência de determinado grupo de laboratórios de ensaio e/ou de calibração. Este tipo de serviço é de alto custo para os participantes e, pela inexistência de provedores de programas de proficiência nacionais, muitos laboratórios brasileiros utilizam serviços de estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos e Europa.

Assim, além dos ganhos internos, o desenvolvimento desse tipo de programa pode se transformar em um interessante mercado de serviços. Após o primeiro ano de atividade do PEP-CEDAE, por exemplo, os profissionais envolvidos e o próprio programa estarão habi-

litados a oferecer tal serviço ao mercado nacional por preços bem inferiores e com qualidade comparável aos provedores estrangeiros. Isso permitirá a auto-sustentabilidade do programa para os laboratórios da CEDAE e viabilizará a geração de recursos excedentes, os quais poderão ser aplicados no aparelhamento das unidades dos Serviços de Qualidade e na capacitação contínua das equipes técnicas.

A primeira rodada do programa de ensaios de proficiência da CEDAE (PEP-CEDAE) já está em fase de conclusão, após a distribuição de amostras aos participantes, mas o projeto só será encerrado depois que todas as ETES estiverem integradas nele. Em janeiro, precisamente no dia 15, será realizado um encontro

entre representantes dos laboratórios participantes e da equipe técnica do Programa com os especialistas nos métodos analíticos da rodada, durante o Fórum Técnico para Incremento da Confiabilidade Metrológica.

Pela CEDAE, além do próprio Superintendente de Esgotos, engº Carlos Henrique Braz, participam do projeto pela CEDAE o químico Reginaldo Ramos; a bióloga Jussara Meira Muniz; e o chefe da Divisão de Qualidade, José Nunes. O tratamento estatístico será desenvolvido pela professora Paula Fernandes Aguiar (UFRJ) e pelo químico Reginaldo Ramos. Os técnicos especialistas são as professoras Paula Aquino e Sheila Martins; e a bióloga Tereza Cristina Reis da Silva (também da coordenação).



Da esquerda para a direita, os técnicos Braz, Reginaldo, Livia, Cláudio e Flávia

**Programas semelhantes só existem no exterior. A iniciativa é pioneira no Brasil e pode fazer da CEDAE referência em qualidade**

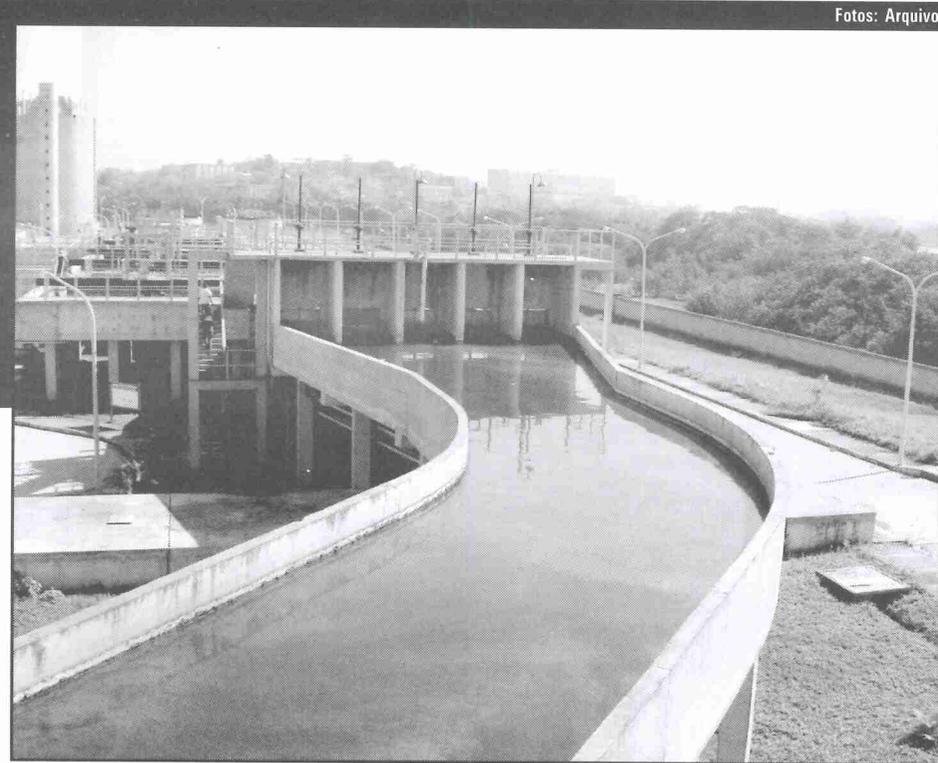
## Confiabilidade e baixo custo

O dilema de assegurar a qualidade tem sido a grande preocupação das empresas de Saneamento. O ideal seria implantar um setor interno ou subcontratar uma empresa para gerenciar e implementar um sistema destinado a garantir qualidade, de acordo com a ISO 17025. Mas isto é oneroso e moroso para algumas empresas e impossível para outras, pois esbarram em problemas como contingente e qualificação de pessoal, custos, espaço físico etc.

- Neste cenário difícil, a participação contínua em um ou mais programas de proficiência torna-se uma boa alternativa – afirma o químico responsável. Segundo Reginaldo Ramos, isso apenas não basta, mas já é um grande passo

em direção à qualidade e uma alavanca para o estabelecimento de procedimentos, ações corretivas e otimização de processos, direcionando-os ao melhoramento do nível de qualidade. “Na verdade, isso servirá de base para a implantação de um amplo sistema capaz de garantir e monitorar a confiabilidade metrológica do laboratório, facilitado pela nova cultura e visão construídas através da participação nos ensaios de proficiência”, afirma o químico.

Dividido em quatro rodadas, o projeto funciona da seguinte maneira: o laboratório da ETE de Alegria prepara uma amostra de concentração desconhecida e envia para os laboratórios participantes efetuarem suas análises



Fotos: Arquivo

e devolver o resultado para o provedor. Com base na avaliação feita por eles de vários itens de análise, será possível medir o nível de aceitação de cada um, em termos de confiabilidade, dentro de uma margem de erro aceitável. Esse universo de informações torna-se uma importante ferramenta para que os laboratórios possam identificar a margem e o tipo de erro cometido, bem como a incidência e outras informações, dentro de um sistema de absoluto sigilo, através do qual apenas o participante tem acesso aos seus resultados.

Outra vantagem do projeto diz respeito aos custos. Segundo o coordenador do PEP-CEDAE, no Brasil não existem programas similares a este

que está sendo desenvolvido sem custos para os participantes na ETE de Alegria. No exterior (Estados Unidos, Finlândia e Japão), o custo por participante varia de US\$ 400 a US\$ 2.800. Reginaldo Ramos acrescentou que a iniciativa tem tido grande receptividade por parte dos laboratórios que atuam na área de recursos hídricos em todo o país. Além da FEEMA, os técnicos da CEDAE conseguiram apoio do INMETRO, que disponibilizou a sua “home page” para a troca de informações. A previsão é de que, em janeiro, os atuais 41 participantes ganhem a adesão de pelo menos mais 20 laboratórios, que já manifestaram sua intenção de aderir ao Programa.

## ETE da Penha já tem retorno prático

**Até a Petrobrás já manifestou interesse pelo reuso água da ETE de Sarapuí na REDUC**

Um projeto elaborado por iniciativa do chefe da Estação de Tratamento de Esgotos da Penha, José Roberto Castro Oliveira, está permitindo à unidade reaproveitar a água proveniente do processo de tratamento de esgotos na ETE, em atividades como lavagem de centrífugas, mistura de polímeros etc., que antes consumiam água potável.

Segundo o Superintendente de Esgotos da CEDAE, Carlos Henrique Braz, os resultados do projeto já são consequência direta do Programa de Proficiência, pois para reaproveitar a água era necessário, antes, garantir a eficiência do laboratório de análise da estação. Acrescentou que a iniciativa vai permitir uma economia de recursos que

poderão ser revertidos futuramente para a própria ETE e ainda ajudar a CEDAE a poupar um volume de água de boa qualidade - 27 m<sup>3</sup> diários - capaz de abastecer pelo menos 27 residências.

Como objetivo maior, a idéia é implantar o sistema nas demais ETEs da CEDAE, potencializando a reutilização da água derivada do tratamento do esgoto. Uma das utilizações possíveis é o abastecimento das sewer-jet utilizadas na desobstrução de redes de esgotos. “O abastecimento de uma Sewer-Jet, consome cerca de 5 m<sup>3</sup>, ou seja, com água de reuso seria feita uma enorme economia de água potável, visto que toda água utilizada na desobstrução fica dentro

da própria rede de esgotos. Por sua vez, o efluente tratado custa R\$ 0,06, a preços de junho, incluindo todos os custos (pessoal, produtos químicos, energia etc.). Portanto, somente com a água de reuso da ETE da Penha, que trata 1.200 litros/seg., poderia ser abastecido um grande número de caminhões da frota de sewer-jet da CEDAE para executar um serviço que é feito com água potável”, explicou o Superintendente. Segundo ele, ainda se poderia abastecer as empreiteiras a serviço da CEDAE. Somente na limpeza de centrífugas são gastos diariamente 16 m<sup>3</sup> de água potável, além de 11 m<sup>3</sup>, na preparação de polímeros.

Segundo acrescentou, o sistema poderá

ser estendido a todas as ETEs, utilizando água de reuso, sem custos para a CEDAE. Somente as ETE de Sarapuí, Pavuna e Alegria ainda não poderão entrar no Programa, porque dispõem de tratamento primário apenas. Ao concluir, informou que já recebeu consultas até da Petrobrás sobre a possibilidade de reutilização da água de tratamento da ETE de Sarapuí em atividades de refrigeração na Refinaria Duque de Caxias (Reduc). Para eles é interessante economicamente, pois a Reduc está localizada a 49 km do rio Guandu, de onde poderia captar água, e ainda teriam de pagar pela Outorga. A intenção da empresa seria captar um metro cúbico do efluente tratado da CEDAE.

# Auditoria avalia crise na CAC

## ASEAC leva seu apoio às medidas para recuperar o plano de saúde

Foto: J. Andrade

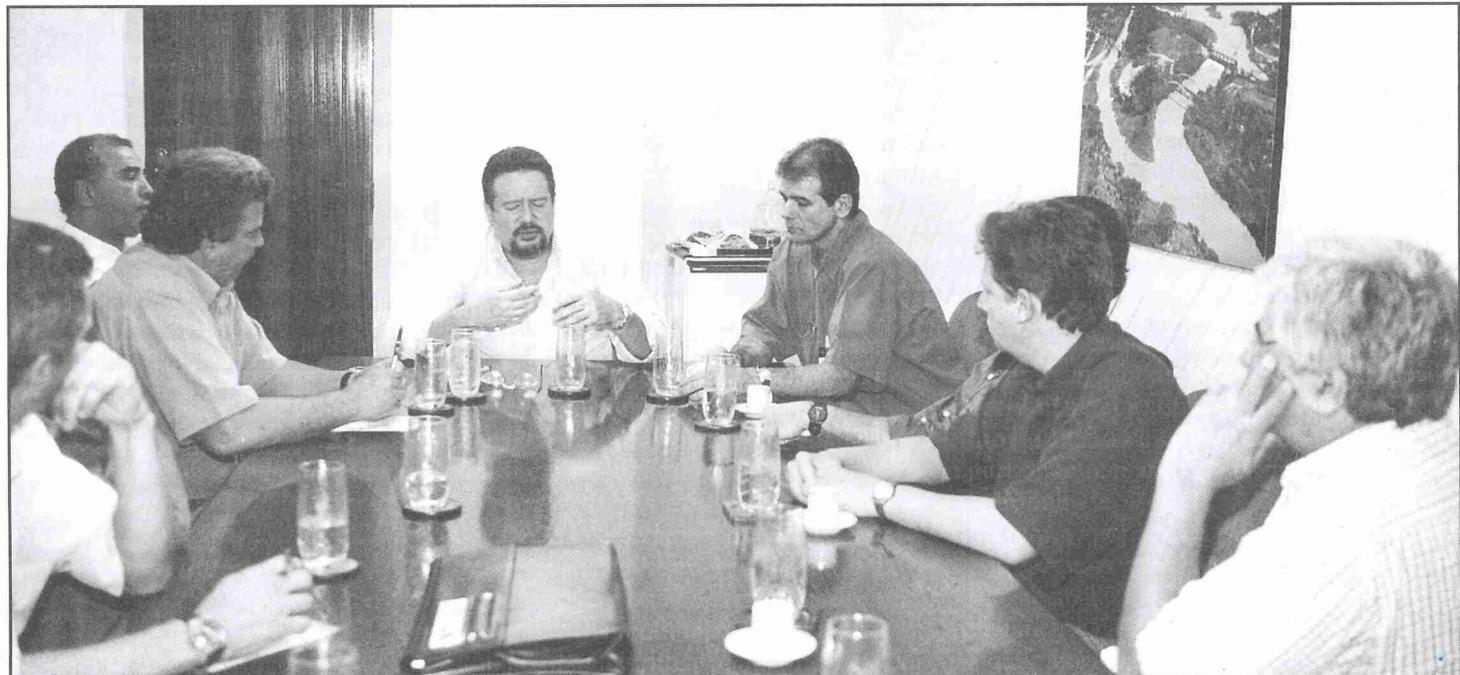
**A**té meados de dezembro, a nova diretoria da CAC Saúde deverá ter em mãos um diagnóstico sobre a situação real do Plano de Saúde, que vem sofrendo déficits mensais e acumulativos, para poder traçar uma estratégia destinada a salvar da insolvência a empresa de assistência de saúde dos empregados da CEDAE. Paralelamente à auditoria que está apurando a situação operacional e contábil da CAC, está em andamento uma consultoria que irá propor um novo modelo para o plano de saúde.

A informação foi dada à direção da ASEAC pelo atual presidente da CAC Saúde, Paulo Cesar Quintanilha, durante encontro realizado no último dia 30 de outubro, quando a entidade levou seu apoio à nova diretoria da empresa, no sentido de colaborar com o que for necessário no processo de recuperação do Plano de Saúde.

Segundo Quintanilha, que é técnico de carreira da CEDAE, a situação é bastante grave, mas não chega a ser irreversível: “O pânico leva as pessoas a potencializarem os problemas, mas nada do que existe é irreversível, desde que sejam adotadas medidas austeras, pois a CAC tem um potencial fabuloso”, tranquilizou. O novo presidente da CAC informou que pretende divulgar o resultado da auditoria aprovada pelo Conselho de Administração da CEDAE e contratada pela direção da CAC Saúde, que está efetuando um levantamento administrativo e operacional da situação.

Vamos mostrar o atual quadro aos associados, de forma transparente e democrática, e discutir com eles as alternativas de soluções. Mas o importante é que estamos olhando a CAC a longo prazo, vislumbrando a situação para os próximos 10 anos. Mesmo assim, algumas ações emergenciais, apesar de tardias, precisam ser tomadas – adiantou. O presidente da empresa explicou que essa iniciativa é importante, pois não se pode impor um aumento na contribuição dos trabalhadores da CEDAE, mas eles precisam saber a real situação e entender o que é melhor ou pior para eles próprios.

“A palavra de ordem aqui é austeridade em todos os níveis. Do ponto de vista técnico, temos que avaliar o que o Plano de Saúde permite oferecer, sem perder o foco da segurança e da qualidade do atendimento. Estamos tentando, por exemplo, direcionar o atendimento e, com isso, já teremos uma redução significativa nos



**“A palavra de ordem aqui é austeridade, em todos os níveis - operacional e administrativo.”**

custos”, acrescentou Paulo Cesar Quintanilha. Na área administrativa, segundo ele, também terá de haver mudanças, porque o déficit mensal chega a R\$ 300 mil por mês. “A CAC não pode continuar arrecadando R\$ 300 mil e gastando R\$ 600 mil, como vinha acontecendo”, explicou. Este é outro ponto polêmico, de acordo com Quintanilha. Tomando por base outros sistemas similares, temos o Valia (Plano da Vale do Rio Doce), por exemplo, que atua com 42 empregados para garantir assistência a 162 mil pessoas em todo o país. Já a CAC tem 225 empregados para atender 58 mil associados apenas no Estado do Rio de Janeiro.

### APOIO IRRESTRITO

Como representante do corpo técnico da CEDAE, o presidente da ASEAC, Paulino Cabral da Silva, manifestou à direção da CAC a sua preocupação com relação à atual situação, “principalmente pela importância que a o plano de saúde tem para os empregados da empresa e seus familiares”. Em seguida, afirmou que a visita tinha por ob-

jetivo demonstrar a total confiança e apoio dos técnicos da entidade à gestão da nova diretoria da CAC Saúde”.

Depois de agradecer, Paulo César Quintanilha disse que a responsabilidade é grande, pois “cada empregado da CEDAE é dono de um pedacinho da CAC”. Em seguida, reafirmou que a situação é grave e exige medidas não muito simpáticas, mas necessárias, além de uma atenção redobrada com os custos e, ao mesmo tempo, com a preservação da qualidade dos serviços. Segundo ele, um dos maiores problemas é a dívida de curto prazo, que deverá exigir a participação da principal mantenedora – a CEDAE. “A longo prazo, o trabalho da auditoria contratada vai apontar as possíveis soluções, “porque o plano de saúde está completamente defasado”. Explicou que os atuais custos com a rede credenciada são muito altos e inadequados ao perfil do plano, que trabalha com uma margem de contribuição pequena e proporcional para todos. “Então, isso terá de ser revisto, porque essa diferença tem de ser compensada de alguma forma”, sentenciou.

Além disso, hoje existem cerca de 172 hospitais credenciados, dos mais variados preços e especialidade. Alguns, segundo o presidente da CAC Saúde, tem um perfil de custo alto e qualidade duvidosa, questionada pelos próprios associados. “Já estamos revendo os contratos, para adequá-los à real capacidade financeira da CAC. Não vamos manter acordos que não se pode cumprir, evitando os desperdícios”, afirmou. Quintanilha anunciou também o fechamento do Centro Médico de Miracema, cujo número de atendimento médio diário não passa de um paciente, e já está revendo a conveniência dos demais, como Campo Grande, onde deverá funcionar apenas a representação; e Nova Iguaçu. Outra providência, é reestrutura o sistema de credenciamento e médicos, hospitais e exames, resgatando o sistema de pontuação para o credenciamento de profissionais. “Não pretendo fazer nenhum credenciamento político e vamos analisar os estabelecimentos com critério, para evitar a superposição de médicos e especialidades em áreas que já estão bem atendidas”, concluiu.

Além dos presidentes da CAC Saúde e da ASEAC, participaram também da reunião os diretores Administrativo-Financeiro e Técnico da CAC, Edson Reis e Antônio Carlos Grilo; e os diretores da ASEAC Aloysio Gomes Feital (Jurídico), Claudino Victor do Espírito Santo (Comunicação), Antônio Bastos de Oliveira (Social), Jorge Luis Ferreira Briard (Técnico) e o associado Sérgio Duarte.

# Os Fundamentos da Gestão

Engº Antônio Ignácio da Silveira\*

Em boa hora, o Congresso Nacional regulamentou o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal através da Lei 9433 de 8 de janeiro de 1997, instituindo a Política Nacional de Recursos Hídricos e criando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Esta Lei altera o artigo 1º da lei 8001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei 7990 de 28 de dezembro de 1989.

A Legislação Federal anterior Lei 9433/97, era ordenada juridicamente pelo Código das águas de 1934, considerado um instrumento bastante avançado para a época. No decorrer do tempo, com a evolução das atividades econômicas e sociais do Brasil, o Código de Águas tornou-se desatualizado, deixando de atender, com o aumento da demanda de água, às novas exigências de proteção dos mananciais de água, seja pela quantidade, seja pela qualidade.

As leis federais 9433/97 e 9984/00 e as leis estaduais incorporaram novos princípios à ordem jurídica existente, atualizando o gerenciamento dos Recursos Hídricos, como forma de planejamento, e controlando o uso da água através de conceitos e princípios consagrados e aprovados em seminários, encontros e conferências nacionais e internacionais.

Este novo conceito de planejar e controlar o uso da água fundamenta-se nos conceitos de:

I – bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão;

II – a água é um bem de domínio público, isto é, de uso comum do povo;

III – a água é um recurso natural limitado, escasso e dotado de valor econômico;

IV – a água como bem econômico é passível de ter sua utilização controlada;

V – a gestão das águas é delegada a comitês e conselhos de Recursos Hídricos, com a participação da União, dos Estados, dos Municípios, dos usuários de recursos hídricos e da sociedade civil de forma democrática e descentralizada, de composição paritária, a partir de edições de normas;

VI – em situação de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;

VII – a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;

Embora a Constituição Federal tenha em seu texto a obrigação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de se articularem

na gestão dos Recursos Hídricos, isto porém, não elimina as suas autonomias como entes federativos. Assim, obrigatoriamente, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são integrados e articulados no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

Os Estados poderão adaptar os seus sistemas de gerenciamento de Recursos Hídricos às suas peculiaridades, desde que respeitem as características gerais do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, dos Comitês de Bacias Hidrográficas e das Agências de água, referidas na Lei Federal 9433/97.

Para se adequar ao novo ordenamento jurídico federal, em 2 de agosto de 1999, foi sancionada a Lei Estadual nº 3239, que institui a Política Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e regulamenta a Constituição Estadual, em seu artigo 261 § 1º, inciso VII.

A Política Estadual de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos, de acordo com o artigo 2º da Lei Estadual 3239/99;

I – da descentralização, com a participação do Poder Público, dos usuários da comunidade e da sociedade civil.

II – do acesso à água como direito de todos, desde que não comprometa os sistemas aquíferos, os aquíferos e a disponibilidade e qualidade hídrica para abastecimento humano, de acordo com padrões estabelecidos; e

III – de, em situações de escassez, o uso prioritário dos Recursos Hídricos ser o consumo humano e a dessedentação de animais.

O Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos é integrado pelas seguintes instituições, de acordo com o artigo 43 da Lei Estadual 3239/99:

I – o Conselho Estadual de Recursos Hídricos;

II – o Fundo Estadual de Recursos Hídricos;

III – os Comitês de Bacia Hidrográfica;

IV – as Agências de água; e

V – os organismos dos poderes públicos federal, estadual e municipal, cujas competências se relacionem com a gestão dos Recursos Hídricos.

Analisando-se o exposto acima, verifica-se que o caminho tomado pela ordem normativa brasileira tem por propósito abolir o velho conceito de água como uma dádiva inesgotável da natureza e solucionar os dois grandes problemas existentes: o de poluição e o de escassez da água, considerando-a uma mercadoria de valor crescente.

Com relação a escassez da água, as notícias

dos organismos internacionais são alarmantes.

Chaw (1988) nos diz em seu estudo sobre a água na natureza o seguinte: “a água é um recurso renovável pelo ciclo natural da evaporação – chuva e distribuída na superfície do planeta”. A água doce representa 3% do total de água na natureza. Os restantes 97% encontram-se nos oceanos e mares salgados. A maior parte da água doce, aproximadamente 2,3% dos 3% existentes, está congelada nas calotas polares e geleiras, ou confinadas em lençóis subterrâneos muito profundos, e 0,2% são evaporadas-precipitadas da crosta terrestre. Na verdade, apenas 0,5% do volume total de água do planeta encontra-se imediatamente disponível para o homem, nos rios, lagos e lagoas para o seu uso.

O Brasil é um bem aquinhado de água doce, possui 11% dos 0,5%, isto é, 0,055% do total de água doce do planeta.

A Organização das Nações Unidas (ONU) “estima que a humanidade use atualmente 50% das reservas de água potável do planeta. A escassez de água potável atinge hoje dois bilhões de pessoas. Estima-se que 30% das maiores bacias hidrográficas perderam mais da metade da cobertura vegetal original, o que levou à redução da quantidade de água. Nove de cada dez litros de água utilizados no Terceiro Mundo são devolvidos à natureza sem nenhum tipo de tratamento”.

Uma das recomendações do Banco Mundial e da ONU para reduzir o desperdício é considerar a água como uma mercadoria, com preço de mercado. Os cientistas políticos, os sociólogos e os economistas atualmente avaliam a propriedade futura das nações na existência de suas reservas de águas, e não mais nos seus campos de petróleo, como no passado. A água está hoje no cerne das tensões e dos conflitos internacionais entre as nações, na busca de suas necessidades para o seu desenvolvimen-

to e para o atendimento do seu povo.

Em boa hora, também, a Cedeae aderiu a nova Política Nacional de Recursos Hídricos, não só por imposição do novo ordenamento jurídico, como também por ela pertencer a categoria de usuária dos Recursos Hídricos.

Inicialmente tivemos as palestras proferidas no auditório da EMA pelo engenheiro Paulo Pain, do Rio Grande do Sul, sobre Comitês de Bacias Hidrográficas.

Tomando consciência da necessidade e da importância da Cedeae em se inserir na nova Política de Recursos Hídricos, não só por ser um órgão do governo, como também, por pertencer à categoria de usuário dos recursos hídricos, no novo ordenamento jurídico, os engenheiros Augusto César F. Gesteiro, Jorge Luis Ferreira Briard, Adriano Gama Alves, e outros tomaram a iniciativa de promoverem uma série de encontros denominados “Ações Integradas em Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Eixo 4 do Plano de Ação 90 dias”, realizados no auditório da EMA, rua Dr. Otávio Kelly, nº 110 – Tijuca, objetivando inserir e adequar a Cedeae à nova ordem legal de Recursos Hídricos e Meio Ambiente existente.

No dia 23 de julho passado, no auditório da EMA, realizou-se um novo encontro inter-setorial, com a presença do Presidente da Cedeae, Celso Leitão Corrêa, do representante do Secretário de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos, Luiz Carlos Soares de Souza Rodrigues Filho e outros interessados no tema, tendo na pauta, entre outras matérias, a relacionada à criação da “Coordenadoria Ambiental – EMA”, através da Ordem de Serviço que determina repassar para a coordenadoria todas as informações relacionadas à Gestão Ambiental, Recursos Hídricos, Controle de Qualidade de Água e Efluentes, marcando assim, o compromisso da Cedeae com a nova ordem legal dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente.

Jornal da ASEAC  
ASEAC

Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE.  
R. Sacadura Cabral nº120/1004 Centro - Rio de Janeiro. RJ - Cep:20081-260  
Tel: (21) 2263 6240 - Telefax: 2253 7482.  
Home Page: [www.aseac.com.br](http://www.aseac.com.br) / E-mail: [aseac1@ism.com.br](mailto:aseac1@ism.com.br)

- mudou-se
- recusado
- desconhecido
- endereço insuficiente
- não existe nº indicado
- falecido
- ausente
- não procurado

Reintegrado ao serviço postal  
Em  /  /   
Em  /  /  Carteiro



IMPRESSO